

Diário do Legislativo de 11/11/1997

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves* - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

*Afastado do exercício do mandato, por investidura no cargo de Secretário de Estado.

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 92ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de fiscalizaÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e nove de outubro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Antônio Roberto, Durval Ângelo, Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão supracitada. Encontram-se presentes, também, os Deputados Marcos Helênio, João Leite, João Batista de Oliveira, Ivair Nogueira e Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Alencar da Silveira Júnior que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a ouvir, em audiência pública, os Vereadores Célio Moreira e André Quintão, bem como todos os parlamentares desta Casa Legislativa, com o objetivo de se discutirem e de se elaborarem emendas coletivas ao Projeto de Lei nº 1.426/97, do Governador do Estado, que estima receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais e do orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 1998, especificamente voltadas para o Município de Belo Horizonte. Logo após, o Presidente, autor do requerimento que motivou o convite, tece suas considerações iniciais. A seguir, os convidados e os Deputados apresentam suas sugestões sobre o assunto em pauta. O Presidente abre amplo debate entre os convidados e os Deputados, conforme consta nas notas taquigráficas. Neste momento, o Presidente registra a presença dos Deputados Alencar da Silveira Júnior, João Leite e Sebastião Costa (substituindo os dois últimos, respectivamente, aos Deputados Roberto Amaral e Sebastião Navarro Vieira, por indicação das Lideranças do PSDB e do PFL), membros da Comissão supracitada. Concluídos os debates, o Deputado Miguel Martini passa a Presidência ao Deputado Alencar da Silveira Júnior para apresentar requerimento de sua autoria. Com a palavra, o Deputado Miguel Martini requer sejam apresentadas por esta Comissão emendas ao Projeto de Lei nº 1.426/97, contemplando a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Miguel Martini reassume a Presidência e agradece a presença dos convidados e dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 1997.

Miguel Martini, Presidente - Roberto Amaral - Antônio Roberto - Gilmar Machado - Paulo Piau - José Braga - Mauri Torres - Bilac Pinto - José Militão.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da comissão especial para, no prazo de 60 dias, proceder a estudos que criem instrumentos políticos que garantam ao mutuário receber a casa própria adquirida através de financiamentos feitos diretamente com as construtoras e, ao mesmo tempo, apresentar sugestões que possibilitem ao governo federal encontrar os mecanismos de fiscalização de tais financiamentos

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de outubro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ibrahim Jacob, Wilson Pires, Baldonado Napoleão e Anderson Aduato, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ibrahim Jacob, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Wilson Pires que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente esclarece que a finalidade da reunião é ouvir os Srs. Antônio Joaquim Fernandes Neto, Promotor de Justiça do Ministério Público; Geraldo de Faria Martins, Secretário Executivo do PROCON Estadual; e Rodrigo Botelho Campos, Coordenador do PROCON Municipal. A Presidência informa que os dois primeiros convidados não puderam comparecer e não mandaram representantes; o Sr. Rodrigo Botelho Campos enviou, para representá-lo, o Sr. Antônio Abdalla Bacarat Filho, Chefe de Gabinete do PROCON Municipal, e este é convidado para compor a mesa dos trabalhos. O Presidente passa a palavra ao Sr. Antônio Abdalla Bacarat Filho para que faça a sua exposição. Encerrada a explanação, são abertos os debates. Nesta fase, fazem perguntas ao convidado os Deputados Ibrahim Jacob, Wilson Pires e Anderson Aduato, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência indaga se há alguma proposição a ser apresentada, e o Deputado Anderson Aduato apresenta requerimento em que solicita seja convidado a participar de reunião desta Comissão o Corregedor-Geral de Justiça, Juiz Rogério Medeiros, para prestar esclarecimentos sobre o tema em estudo. O Deputado Wilson Pires apresenta requerimento em que solicita seja convidado a participar de reunião da Comissão um representante do Ministério Público Federal com a finalidade de também prestar esclarecimentos à Comissão. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento e a colaboração do Sr. Antônio Abdalla Bacarat Filho, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 1997.

Ibrahim Jacob, Presidente - Baldonado Napoleão - Wilson Pires.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 319ª reunião ordinária, em 11/11/97

1ª Parte

1ª Fase - Expediente

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase - Grande Expediente

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento nº 2.250/97, do Deputado Gilmar Machado, em que pede sejam solicitadas ao Secretário da Fazenda informações sobre o montante dos gastos do Governo do Estado com a publicidade relativa à destinação dos recursos oriundos da privatização do CREDIREAL. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 2.294/97, da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, em que pede sejam solicitadas ao Comandante-Geral da PMMG informações sobre a existência de inquéritos envolvendo policiais militares. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.254/97, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de caixas para resíduos sólidos de captação de esgotos em todas as construções no Estado de Minas Gerais. Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 do Regimento Interno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.453/97, do Deputado Kemil Kumaira, que autoriza o Poder Executivo a realizar procedimentos para interrupção precoce de gestação nas hipóteses que menciona e dá outras providências. Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 do Regimento Interno.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.399/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre a reorganização e a descentralização do Conselho Penitenciário do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. As Comissões de Defesa Social e de Fiscalização Financeira opinaram por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto às Comissões de Defesa Social e de Direitos e Garantias Fundamentais, com a primeira opinando pela aprovação da Emenda nº 3 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta; e a segunda, pela aprovação da Emenda nº 3 na forma da Subemenda nº 1, da Comissão de Defesa Social, e com as Emendas nºs 4 a 6, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.324/97, da Deputada Maria José Haueisen, que institui o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros em veículos de pequeno porte. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.419/97, do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel à Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e extingue a Fundação Instituto do Coração de Minas Gerais - CARDIOMINAS. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Saúde e Ação Social e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Carlos Pimenta emitiu parecer pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.329/97, do Deputado José Bonifácio, que altera a Lei nº 11.402, de 14/1/94, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.363/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel com José Augusto Duarte Castanheira e outros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 862/96, do Deputado Miguel Martini, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.032/96, do Deputado José Bonifácio, que autoriza a PMMG a celebrar convênio com Prefeituras Municipais e outros órgãos públicos. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.166/97, do Deputado João Leite, que revoga a Lei nº 4.734, de 3/5/68, e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 72ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 9h30min do dia 11/11/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.114/97, do Deputado Raul Lima Neto.

Convidados: Srs. Rodrigo B. Campos, Coordenador do PROCON-BH; Manoel Bernardes, 1º-Vice-Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL -; Vereadora Lúcia Pacífico Homem, Presidente do Conselho Diretor do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais; José Eustáquio da Silva, Diretor do Departamento de Controle Urbano da Regional Centro-Sul - PBH; Marcos Antônio Landa Souza, Presidente da Associação dos Artesãos e Produtores de Variedades do Estado de Minas Gerais; José Antônio Machado Pacheco, Presidente do Sindicato dos Artesãos de Minas Gerais; e representantes do Sindicato dos Camelôs do Estado de Minas Gerais, que prestarão esclarecimentos sobre a localização, a legalização e o cadastramento dos vendedores ambulantes em Belo Horizonte.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

69ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 11/11/97, destinada ao prosseguimento do Fórum Técnico Gestão de Recursos Públicos e Cidadania.

Palácio da Inconfidência, 10 de novembro de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente.

Edital de Convocação

70ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 11/11/97, destinada à abertura do Seminário Trabalho e Existência.

Palácio da Inconfidência, 10 de novembro de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 13.462

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Amaral, Sebastião Navarro Vieira, Antônio Júlio e Luiz Fernando Faria, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 11/11/97, 12/11/97 e 13/11/97, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar o relator.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 1997.

Maria José Haueisen, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Elbe Brandão, Arnaldo Penna, João Leite, Paulo Piau, Ailton Vilela, Raul Lima Neto, Antônio Genaro, José Henrique, Antônio Andrade, Gilmar Machado, Anivaldo Coelho, Álvaro Antônio, Ermano Batista e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/11/97, às 15h30min, na Sala das Comissões, destinada a apreciar, no 2º turno, o parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 36/97.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1997.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.340/97

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.340/97, do Deputado Mauri Torres, visa a declarar de utilidade pública o Grêmio Recreativo Boca Negra, com sede no Município de João Monlevade.

Preliminarmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora o projeto a esta Comissão para deliberação conclusiva em 1º turno, na forma regimental.

Fundamentação

O Grêmio Recreativo Boca Negra tem por finalidade promover o intercâmbio social, recreativo e cultural de seus sócios, além de promover festivais de música, poesia, festas carnavalescas e folclóricas.

Em João Monlevade, cidade do aço, ensino, lazer e turismo humanizam a tecnologia e preservam as tradições, lendas e histórias fantásticas relacionadas à implantação da Belgo-Mineira e ao Solar Monlevade, pertencente ao seu fundador, o francês Jean Autoine Dissandes Monlevade.

Dessa forma, é justo que a entidade seja declarada de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões registradas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.340/97 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 1997.

Sebastião Navarro Vieira, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.353/97

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer

Relatório

O projeto de lei em exame, do Deputado Baldonado Napoleão, objetiva declarar de utilidade pública a Fundação Tiradentes - FUNTIR -, com sede no Município de São João del-Rei.

Inicialmente, foi a matéria encaminhada para exame preliminar à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Por sua vez, deve esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a proposição no 1º turno, em obediência ao que dispõe o Regimento Interno.

Fundamentação

O objetivo da FUNTIR é colaborar com a Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei, promover a execução de programas de pesquisa científica e tecnológica e conceder bolsas de estudo em nível de graduação, pós-graduação e extensão.

Também se propõe a trabalhar em regime de convênio com outras entidades para suprir as deficiências socioeconômicas da comunidade.

Em vista dos relevantes serviços prestados à população daquele município, justo se torna o título declaratório de utilidade pública que lhe está sendo outorgado.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.353/97 na forma proposta.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1997.

Sebastião Navarro Vieira, relator.

Despacho do Sr. Diretor-Geral

Em 29/10/97: prorrogação, por mais 30 (trinta) dias, a partir de 2/11/97, do prazo para conclusão do inquérito administrativo a cargo da comissão designada pela Portaria nº 114/97.

AVISO DE LICITAÇÃO

Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 122/97 - Objeto: fitas de vídeo - Licitantes vencedoras: Empresa Brasileira de Assessoria Técnica e Comercial Ltda. (subitem 1.1) e Sheltronic do Brasil Ltda. (subitem 1.2) - Desclassificada: Comdata Comércio, Indústria e Importação Ltda.

TERMOS DE CONTRATO

Termo de Contrato

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Xerox do Brasil Ltda. Objeto: manutenção preventiva e corretiva de copiadora. Licitação: art. 25, "caput", da Lei 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 5/11/97 a 5/11/98. Assinatura: 5/11/97.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação dos Amigos do Hospital Mário Pena. Objeto: doação de papel inservível. Objeto deste aditivo: 7ª prorrogação. Vigência: 25/11/97 a 25/11/98. Assinatura: 5/10/97.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Santa Casa de Misericórdia. Objeto: doação de papel inservível. Objeto deste termo aditivo: 7ª prorrogação. Vigência de 25/11/97 a 25/11/98. Assinatura 5/10/97.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: PRODEMGE. Objeto: prestação de serviços de informática. Objeto deste termo aditivo: altera códigos de serviços.

Termo Aditivo

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - IPLEMG. Objeto: locação de áreas no prédio situado na Rua Dias Adorno, 367. Objeto deste termo aditivo: 3ª prorrogação. Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

Termo Aditivo

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação dos Servidores do Legislativo do Estado de Minas Gerais - ASLEMG. Objeto deste termo aditivo: alteração do objeto contratual. Vigência: a partir de 5/11/97. Assinatura: 5/11/97.